

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NA ÁREA RURAL BRASILEIRA

Marilene Borges de Sousa¹
Ana Valéria Matias Cardoso²

RESUMO

O referido estudo volta-se para a análise das políticas públicas direcionadas à juventude que vive no meio rural brasileiro. Parte da compreensão multidimensional do espaço rural tendo em vista que as relações sociais são predominantes na compreensão e construção da região. É uma pesquisa bibliográfica apresentada em quatro seções. Conclui-se que as ruralidades brasileiras são compreendidas como espaços de maior concentração de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social e que as políticas públicas para a juventude na área rural não são eficientes para o desenvolvimento e permanência dos jovens em suas comunidades. O estudo respalda-se em autores, como Martinelli, Badalotti e Tonezer (2019), Barcellos (2017), Castro (2009), Saquet (2007), Semzezem e Alves (2013), Marin (2020), dentre outros. A participação dos beneficiários é considerada, no estudo, como característica predominante para a efetivação das políticas públicas para a juventude nas áreas rurais.

Palavras-chave: Juventude rural. Políticas públicas. Ruralidades.

ABSTRACT

This study focuses on the analysis of public policies aimed at youth living in rural Brazil. It starts from the multidimensional understanding of the rural space, bearing in mind that social relations are predominant in the understanding and construction of the region. It is a bibliographic research presented in four sections. It is concluded that Brazilian ruralities are understood as spaces with a greater concentration of people in situations of poverty and social vulnerability and that public policies for youth in rural areas are not efficient for the development and permanence of young people in their communities. The study is based on authors such as Martinelli, Badalotti and Tonezer (2019), Barcellos (2017), Castro (2009), Saquet (2007), Semzezem and Alves (2013), Marin (2020), among others. The participation of beneficiaries is considered, in the study,

¹Marilene Borges de Sousa. Assistente Social. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (Ufpi). Orientanda Prof^a. Dr^a. Iracilda Alves Braga. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: marilleneborges@hotmail.com

². Ana Valéria Matias Cardoso. Assistente Social. Doutoranda pelo Programa de Pós - Graduação em Políticas Públicas (Ufpi). Orientanda Prof^a. Dr^a. Solange Maria Teixeira (UFPI). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (Ufpi). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: anavaleriamatcard2@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

as a predominant characteristic for the implementation of public policies for youth in rural areas.

Keywords: Rural youth. Public policy. Ruralities.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo a análise das políticas públicas para a juventude no meio rural brasileiro na compreensão de que o território é um espaço multidimensional e que as relações sociais são fatores predominantes na compreensão e construção dessa região, bem como na elaboração de políticas públicas sociais. Tem a perspectiva teórico-metodológica dialética como método de abordagem. É uma pesquisa bibliográfica subdividida em quatro seções nas quais as ideias são debatidas com autores clássicos e contemporâneos das categorias território, ruralidade e políticas públicas para a juventude rural.

Após a introdução, a seção seguinte é voltada à compreensão da ruralidade brasileira e apresenta a categoria território como espaço de relações sociais de vivências e conflitos. Considera-se, para isso, a visão de Saquet (2007), quando associa território às relações entre sociedade e natureza, assim como a visão de Semzezem e Alves (2013) os quais acreditam que as condições de vida dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social são determinadas nos limites territoriais. Conforme Campanhola e Silva (1999), o território rural brasileiro é compreendido como a área de maior concentração de pobreza e de vulnerabilidade social do país.

A terceira seção é atrelada à discussão das políticas públicas voltadas para a juventude na área rural brasileira. Segundo as referências pesquisadas, identifica-se que essas políticas são voltadas prioritariamente ao setor agrícola e não contribuem com a permanência da juventude no meio rural. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura/ Pronaf Jovem é a política de maior destaque entre as voltadas à população jovem rural, mas, para Marin (2020), a burocratização e a ausência de entidades de ensino profissionalizante dificultam a efetividade dos objetivos do programa.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Enfim a conclusão, na qual se identifica que um dos pontos negativos para a efetivação dos objetivos das políticas ofertadas aos jovens do meio rural é a ausência de informação, conhecimento e participação do público, fatores ligados diretamente à precarização da presença de equipamentos públicos nessas localidades. Pesquisas apontam que o nível de escolaridade do jovem rural restringe-se ao ensino fundamental, devido à falta de escolas de ensino médio nos territórios ou por outros motivos que o fazem não continuar o processo educacional. O território rural ainda carece de muito investimento público que contribua com o bem-estar da população e que valorize a vida no local, para que os jovens permaneçam em suas comunidades de origem e possam contribuir com o desenvolvimento econômico e social dessas regiões.

2 COMPREENDENDO RURALIDADES

Ao debater sobre ruralidade, é importante que haja a compreensão dessa categoria atrelada a território como espaço de relações sociais, de vivências e de conflitos sociais. A dimensão territorial prevista no presente estudo vai ao encontro da abordagem multidimensional de território discutida pelos teóricos contemporâneos. Para Saquet (2007, p. 71), “O território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza”, na compreensão de que é no território que “se determinam as condições de vida dos segmentos populacionais vulnerabilizados” (SEMZEZEM; ALVES, 2013, p. 144).

É no rural brasileiro que se encontra o maior índice de pessoas em situação de vulnerabilidade social em decorrência da falta da presença do poder público na oferta de políticas públicas econômicas e sociais. Conforme Cruz *et al.* (2013), na zona rural, não existe infraestrutura básica para as populações que vivem nas comunidades. Não há água tratada nem coleta de lixo; a oferta da educação é

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

limitada ao ensino fundamental, o que contribui para a precarização da escolaridade dos trabalhadores do campo.

Além do baixo nível de escolaridade, a ausência

[...] de políticas públicas voltadas para atender as necessidades básicas das famílias [...], o baixo índice de fonte de crédito rural e da comercialização dos produtos agrícolas são fatores que contribuem para a alta vulnerabilidade socioeconômica da região (CRUZ *et al.*, 2013, p.1).

Outro fator importante a destacar é a industrialização capitalista agrícola que contribui significativamente para a desvalorização da mão de obra do trabalhador rural, impondo a “reestruturação das ocupações” (SANTOS, 2012, p. 153). Para Redin (2009, p. 4370), o processo de modernizar a agricultura contribuiu para aumentar [...] “os impactos sociais concernentes ao meio, tais como a degradação ambiental, aumento de endividamento, aumento da disparidade econômica, êxodo rural, favelas, entre outros”.

Conforme Campanhola e Silva (1999), as ruralidades do Brasil são os territórios de maior concentração de pobreza na sociedade brasileira. As políticas de enfrentamento à pobreza nesses territórios não contribuem com o avanço econômico e social das comunidades; as famílias e seus indivíduos não têm acesso a serviços essenciais presentes apenas em territórios urbanos.

Segundo Redin (2009), a ausência de serviços, de estrutura e de políticas públicas nas ruralidades no Brasil vem contribuindo para o êxodo rural desde a década de 1960. O autor afirma que, na atualidade, o processo migratório do campo para a cidade configura-se na saída do jovem rural em busca de melhores condições de vida, de oportunidades que não são proporcionadas à juventude do meio rural. É pertinente que o poder público desenvolva políticas públicas voltadas para a permanência da população jovem no território rural que contribuam para o processo de formação e desenvolvimento da sociedade inserida nesse espaço; “políticas públicas capazes de assegurar as condições indispensáveis à sua qualidade de vida e ao desenvolvimento pleno de suas capacidades” (VALADARES *et al.*, 2016, p. 92).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

As pesquisas apontam que um dos fatores predominantes para garantir a permanência da população jovem (masculina) no território rural está ligado diretamente à “terra e a possibilidade de produzir nela [...]” (VALADARES *et al.*, 2016, p. 81). É necessário destacar que o acesso à terra no Brasil é ligado predominantemente ao setor privado, ao grande latifundiário e, em contrapartida, as famílias que vivem na zona rural não possuem espaço para produzir para a própria subsistência (SANT’ANA, 2014). A mudança dessa realidade será concretizada com uma reforma agrária que garanta a distribuição de terra às famílias principalmente às da zona rural.

A reforma agrária é um dos temas que vêm sendo debatidos na sociedade brasileira desde meados de 1940 como proposta de inclusão do trabalhador do campo na produtividade econômica e na construção da cidadania no país. Segundo Stedile (2012, p. 17), desde a constituinte de 1946, o atraso da economia brasileira é atrelado ao “monopólio da terra [...] e na concentração da propriedade”. O trabalhador do campo e sua família é excluído desse processo de acumulação de terra no Brasil. “Além disso, a maior parte dessas propriedades, as mais úteis, as mais próximas dos centros de consumo e de vias de comunicação, está nas mãos de uma minoria que atinge a algumas centenas de milhares” (STEDILE, 2012, p.18).

A ausência de uma política pública agrária consolidada que garanta de fato a distribuição de terra, que contemple a população jovem do território rural, é um dos diversos fatores que contribuem para a saída do jovem do espaço rural para o espaço urbano. “A reforma agrária é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática” (STEDILE, 2012, p.181). Além da reforma agrária, é importante que as políticas citadas por Valadares *et al.* (2016) também contribuam com a capacitação dos jovens para que tenham seu próprio projeto de vida e não sejam apenas sucessores da família na agricultura familiar; ações que contribuam para a expansão de possibilidades de inclusão dessa parcela da população brasileira; políticas construídas “sobre a concepção de *continuum* rural-

PROMOÇÃO



APOIO

urbano, atividades agrícolas e não-agrícolas e sobre uma dimensão mais abrangente que é o território” (DREBES, 2014, p. 4095).

Assim como o território possui características distintas, no debate com os autores, percebe-se que também a juventude rural possui características diferenciadas; a saída desses jovens de seu meio social está atrelada aos mais diversos motivos. Troian e Breitenbach (2018, p. 797) apresentam, na figura abaixo, algumas características que distinguem a juventude rural brasileira.



Figura 1 – Características diferenciadoras da juventude rural do Brasil.

Fonte: Troian e Breitenbach (2018, p. 797).

A identificação das características da juventude rural no país contribui com o processo de construção de políticas de desenvolvimento para a juventude nas ruralidades na compreensão do contexto social que esses jovens vivem e nas demandas apresentadas pelo segmento.

Para Castro (2009, p. 192), esse jovem, além de não ter acesso a políticas e serviços em seu meio social, é estigmatizado pela sociedade capitalista que prega uma “reprodução da hierarquia rural/urbano [...] onde morar no campo é desvalorizado culturalmente, considerando-se também o que tange as diferenças de

condições de vida.” Apesar das dificuldades encontradas no meio rural, as pesquisas de Castro (2009), Valadares *et al.* (2016), Oliveira, Mendes e Van Herk Vasconcelos (2021) apontam que o jovem “deseja ficar” no meio rural (CASTRO, 2009, p. 192). Porém “a opção de os jovens ficarem na propriedade rural ou saírem dela não é algo simples, pois o contexto social interfere nesse processo de tomada de decisão” (OLIVEIRA; MENDES; VAN HERK VASCONCELOS, 2021, p. 5).

Troian e Breitenbach (2018, p. 798) afirmam que alguns fatores ligados à agricultura contribuem para a permanência da juventude no território rural, como se pode observar no quadro 1:

a) Instituições de caráter técnico voltadas para a promoção da extensão rural com programas de extensão rural geradores de oportunidades de trabalho aos jovens;
b) Cooperativas de agricultores atuando como fornecedoras de crédito, assistência técnica, aperfeiçoamento produtivo e informacional e fomento social;
c) Fortalecimento de grupos locais e das organizações de agricultores;
d) Iniciativas e atividades voltadas para o lazer, através de encontros que propiciem trocas de experiências, jogos recreativos, entre outros;
e) Tecnologia, modernização do campo, máquinas e equipamentos que facilitem a realização das atividades agrícolas/ redução da penosidade do trabalho;
f) Valorização dos espaços rurais e reconhecimento da importância da agricultura;
g) Políticas voltadas para juventude rural não podem ser limitadas somente à agricultura, mas incluir, por exemplo, uma educação de qualidade, com estímulo ao desenvolvimento de projetos inovadores, que façam do meio rural uma opção de vida.

Quadro 1 – Fatores que estimulam a permanência dos jovens na agricultura no Brasil.

Fonte: Troian e Breitenbach (2018, p. 798).

A compreensão de ruralidades como território de vivência da juventude no âmbito das políticas públicas leva a entender as diversas demandas desse público e a perceber a visão e os desejos desses jovens diante de seus projetos. É buscar conhecer o olhar do jovem rural diante das políticas públicas existentes, saber se elas respondem a suas necessidades; é preciso fazer um “balanço das políticas que existem” (BRASIL, 2014a, p. 58) e entender que o jovem não precisa apenas de políticas econômicas que, na verdade, são voltadas para a terra e não para esse público. É interessante destacar que a juventude precisa de “oportunidades de

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



exercer trabalhos e funções diferenciadas, além do cultivo agrícola no meio rural” (BRASIL, 2014a, p. 53).

Além da oferta das políticas públicas sociais voltadas ao desenvolvimento dos territórios rurais e para a população jovem, devem haver outras investidas de forma direcionada para demandas reais de regiões brasileiras com maior carência, como a nordestina. Sabe-se que “[...] mais da metade dos jovens do campo são do Norte e do Nordeste do Brasil”. Apesar disso, “Os recursos públicos e os recursos privados atualmente estão sendo alocados, na sua maioria, no eixo Sul, Sudeste” (BRASIL, 2014a, p. 57).

Outro critério a destacar sobre a importância de políticas públicas nas ruralidades é a noção de que o desenvolvimento dessas localidades deve levar em consideração a visão multidimensional, pois “as políticas públicas específicas da juventude rural não são suficientes, mas há necessidade de políticas gerais para o meio rural” (BRASIL, 2014a, p. 54) que garantam a mobilização, o acesso à educação, à saúde, ao esporte e ao lazer de todos os segmentos sociais do meio rural, para que esse jovem que Castro (2009) afirma ter desejo de ficar no campo possa ter acesso à cidadania. “Ser cidadão no campo, assim como existem os cidadãos na cidade que têm seus direitos [...] nós temos que trazer esses direitos da sociedade e as conquistas da modernidade para o campo” também (BRASIL, 2014a, p. 56).

Os desafios na implantação das políticas públicas voltadas para jovens na área rural são diversos, porém as mudanças devem ser estruturais considerando o

ponto de vista político e questionamentos de padrões culturais construídos na nossa sociedade, incluindo questões de gênero, geração, etnia, etc., que podem sim ser realizadas, sobretudo pelas organizações sociais rurais, com participação das juventudes (BRASIL, 2014a, p. 57).

Esses critérios são importantes para que esses jovens tenham acesso aos direitos ofertados pelas políticas.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA JOVENS NA ÁREA RURAL: acesso e desafios

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



As políticas públicas voltadas à população jovem brasileira configuraram-se por volta dos anos de 1980 em decorrência das transformações tecnológicas que contribuíram para o crescimento da pobreza, para a precarização das relações de trabalho afetando diretamente a população jovem. As iniciativas do Estado e das instituições financeiras na oferta de políticas de juventude são atreladas à busca de alternativas de superação de crise financeira e da situação de pobreza que a sociedade enfrenta no “momento em que a ‘exclusão social’ de jovens se tornou parte integrante da questão social” (BRASIL, 2014b, p. 50). O debate direciona-se à perspectiva cidadã de que os jovens devem ser percebidos como sujeitos de direitos, sendo que, ao “falar em políticas públicas de juventude é falar em desenvolvimento integral, considerando as várias dimensões da vida social” (BRASIL, 2014a, p. 55).

Apesar das iniciativas do poder público e das entidades financeiras na oferta de políticas voltadas à juventude na década de 80 no Brasil, a conquista das políticas públicas para juventude na área rural brasileira teve início somente em 1994 com o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap). Com a continuidade das reivindicações, o governo mudou o objetivo do programa e, em 1996, foi instituído o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que “tinha como objetivo principal fortalecer os agricultores familiares mediante o apoio técnico e financeiro, visando à promoção do desenvolvimento rural sustentável” (BARCELLOS, 2017, p.158-159). Porém, apenas a partir de 2003, no primeiro governo de Lula, o programa ganhou maiores investimentos. “Nesse contexto o tema da juventude passou a ser inserido no Pronaf” (BARCELLOS, 2017, p. 159). Segundo Barcellos (2017), as instituições bancárias começaram a financiar projetos técnicos agrícolas aos jovens que viviam no meio rural.

Segundo Martinelli, Badalotti e Tonezer (2019, p. 8), além do Pronaf jovem no Brasil, existe um “número significativo de programas direcionados para a juventude rural” os quais não respondem à demanda dessa população, pois “o acesso às

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

políticas públicas apresenta sérios entraves.” No debate com os autores Martinelli, Badalotti e Tonezer (2019), Barcellos (2017) e Castro (2009) sobre políticas públicas voltadas a jovens na área rural, o Pronaf jovem é o programa que ganha destaque na abordagem feita por todos.

A proposta do Pronaf Jovem é contribuir com uma construção social, de permanência do jovem no meio rural, jovens com autonomia que possam suceder as atividades da agricultura familiar na zona rural brasileira, por meio de acesso ao crédito e cursos de qualificação técnica. Para Marin (2020, s/p),

na prática, no território rural onde o jovem constrói suas relações, o programa se constitui em uma idealização, não consegue contribuir com o acesso dos jovens rurais a políticas públicas para a juventude nessa área, uma vez que: [...] a desinformação, a falta de instituições para qualificação de jovens agricultores, as exigências burocráticas de difícil atendimento restringem a celebração de contratos de crédito. Diante de tantas limitações, essa política não passa de uma boa intenção do poder público em construir jovens rurais emancipados e sucessores na agricultura familiar: uma ideia muito bem delineada no papel, mas de difícil objetivação na realidade dos jovens rurais.

É evidente que o acesso e a garantia das políticas públicas para a juventude rural são ações antagônicas. Um dos pontos cruciais destacados pelos autores Martinelli, Badalotti e Tonezer (2019), Barcellos (2017) e Castro (2009), que contribui para a dificuldade do acesso aos benefícios propostos pelas políticas públicas sociais e econômicas direcionadas à população jovem, é a ausência da participação do segmento na construção dessas políticas. Sobre isso Martinelli, Badalotti e Tonezer (2019, p. 3) enfatizam que “a participação desta população na elaboração das mesmas ainda é insuficiente. No que diz respeito às políticas e programas específicos para a juventude rural, a limitação é ainda maior.” Sem o envolvimento da juventude na conquista e na elaboração dessas políticas, as respostas às suas demandas não serão satisfatórias.

É interessante destacar que os agentes que irão desenvolver as ações de qualquer política pública e programa devem possuir conhecimentos e habilidades que contribuam com a execução dos objetivos propostos. Para que o jovem rural possa ser envolvido nesse processo de participação de construção de políticas e

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



programas, ele precisa ter conhecimento das ações ofertadas pelo Estado e entidades. Conforme Martinelli, Badalotti e Tonezer (2019, p. 8), “muitos jovens não possuem conhecimento dos programas existentes. Além da ausência de informação em relação aos programas, os jovens precisam enfrentar ainda o despreparo dos atores responsáveis por mediar os projetos e as ações.” Tal situação contribui negativamente para o acesso ao direito às políticas públicas aos jovens na zona rural e estimula sua saída do campo para a cidade.

O critério técnico é considerado como outra situação que nega acesso aos direitos à juventude rural na política de permanência do jovem na zona rural (MARIN, 2020). Para o jovem adquirir o recurso financeiro ofertado pelo Pronaf Jovem, deve “[...] comprovar a realização de cursos de formação técnica agropecuária [...], mas a realidade nos estados e municípios não é favorável para a capacitação desses jovens, pois “não existem organizações sociais articuladas para o desenvolvimento de ações junto ao segmento de jovens rurais que estabelece projetos profissionais de permanência na agricultura familiar” (MARIN, 2020, s/p). Sendo assim, os jovens rurais ficam impossibilitados de estabelecer contratos com as instituições financeiras. É pertinente afirmar que as políticas públicas ofertadas para viabilizar a permanência dos jovens no campo devem considerar a realidade de desigualdade social, a pobreza e certamente a falta da esfera pública nesses espaços. Além disso,

essas políticas não devem se restringir somente às mudanças envolvendo as atividades econômicas e produtivas, mas devem possibilitar condições e oportunidades para que os mesmos sejam incluídos em espaços e atividades que não se restrinjam ao meio rural (MARTINELLI; BADALOTTI; TONEZER, 2019, p. 20).

O jovem, enquanto sujeito do território rural, precisa de políticas que proporcionem melhores “condições de permanência no campo, como é o caso de educação, acesso a informação e tecnologia, além de planos de sucessão familiar que permitam autonomia social e econômica [...]” (TROIAN; BREITENBACH, 2018, p. 799).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A oferta de serviços e ações que possibilitam a garantia de direitos na zona rural contribui com a mudança de vida das famílias e indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social. A garantia de políticas voltadas para os jovens rurais contribui para a construção de projeto de vida das pessoas, pois “permite que, a partir do acesso a esses mecanismos, os jovens poderão [sic] fazer suas escolhas, traçar objetivos e projetos construindo desta forma, trajetórias que terão significativa influência em suas identidades” (MARTINELLI; BADALOTTI; TONEZER, 2019, p. 19). Essas políticas devem ter objetivo de contribuir para a superação dos estigmas sofridos pelos jovens rurais reproduzidos pela suposta “hierarquia rural/urbano sob construções estigmatizantes, onde morar no campo é desvalorizado culturalmente [...]” (CASTRO, 2009, p. 192).

4 CONCLUSÃO

Diante da discussão com os estudiosos sobre a necessidade de políticas públicas para a juventude na área rural no Brasil, percebe-se que o território rural ainda carece de incentivos estatais em suas mais variadas dimensões, sejam elas políticas, econômicas e/ou sociais. Esse fator contribui para que a ruralidade brasileira seja compreendida como a área de maior concentração de pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade social. É uma região em que as famílias não têm acesso à água tratada, à coleta de lixo, em que a oferta da educação é limitada ao ensino fundamental que contribui com a precarização da escolaridade dos trabalhadores do campo. As políticas públicas voltadas à população jovem da zona rural são restritas à produção agrícola e não contribuem para a permanência desses jovens nas comunidades.

Dentre as políticas voltadas para a permanência do jovem no meio rural, o Pronaf Jovem ganha destaque nas publicações pesquisadas. Entretanto esse programa não consegue contribuir com a construção social da juventude no meio rural uma vez que a burocratização restringe o acesso ao benefício, ainda há

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ausência de instituições voltadas à qualificação profissional e as dificuldades em estabelecer contratos de créditos com as entidades credoras restringe o avanço dos objetivos do Programa no meio rural.

Dois fatores predominantes destacados no debate com os autores no estudo são a importância e a necessidade da participação da juventude rural na construção dessas políticas, pois sem o envolvimento dos jovens em sua conquista e elaboração as respostas às demandas da população não serão satisfatórias. Para isso, o jovem rural precisa ter conhecimento dos programas ofertados pelo Estado e entidades, as políticas devem ser ofertadas de forma integrada com os demais âmbitos da sociedade e com a própria sociedade.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Sérgio Botton. As políticas públicas para a juventude rural: o Pronaf jovem em debate. **Planejamento e políticas públicas** – PPP, n. 48, jan./jun. 2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. O I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas. *In*: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton, (orgs). **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil** Brasília: Presidência da República, 2014a. Disponível em: https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/ctg_file_2039627409_13082018150759.pdf. Acesso em: 03 maio 2023.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. Estação Juventude. **Conceitos fundamentais**: ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: SNJ, 2014b. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. *In*: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 37, 1999, Foz do Iguaçu. O agronegócio do Mercosul e a sua inserção na economia mundial. **Anais ...** Brasília/DF: SOBER, 1999. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/195769/1/1999AA-Campanhola-Diretrizes.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *In: Rev. latinoam. cienc. soc. niñez.*, n. 7, p. 179-208, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v7n1/v7n1a08.pdf>. Acesso em: 12 maio 2023.

CRUZ, F.R.S.; SOUSA, F.Q.; OLIVEIRA, C.J.; ALVES, C.A.B.; SOUTO, J. S.; NUNES, E. N. Vulnerabilidade socioeconômica em comunidades rurais do município de Areia, Estado da Paraíba. *In: Scientia Plena 9*. Areia: UFPB. 2013. Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/download/1057/736>. Acesso em: 18 abr. 2023.

DREBES, Laila Mayara. Projeto de juventude rural, campo de possibilidades e migração: um estudo documental do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR). *In: Revista Monografias Ambientais – REMOA*, v. 13, n. 5, p. 4087-4098. Santa Maria: UFSM, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/15036/pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Juventudes Rurais: Projetos de Emancipação Social. *In: Desenvolvimento em Questão*, n. 45, p. 33-54. Santa Maria: Uniju. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9585#:~:text=Os%20jovens%20rurais%20vivenciam%20distintas,reprodu%C3%A7%C3%A3o%20social%20na%20agricultura%20familiar>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

MARTINELLI, Maxemino Luiz; BADALOTTI, Rosana Maria; TONEZER, Cristiane. Políticas públicas para juventude rural e as ações do Programa Santa Catarina Rural. *In: IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional (SIDR): Processos, Políticas e Transformações Territoriais. Anais...* Santa Cruz do Sul: UNISC, 2019.

OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VAN HERK VASCONCELOS, A. C. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 59, n. 2, 2021. e 222727. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.222727>.

REDIN, Ezequiel. O jovem rural conquistando o seu espaço: um [re]olhar sobre as questões sociais. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, p. 4370-4373, nov. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/xQRmPSyW4yBzZtXcwnccm3K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 abr. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

SANT'ANA, Raquel Santos. Trabalho e desenvolvimento: a realidade rural e a questão social. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez Editora, n. 120, p. 723-745, 2014.

SANTOS, Josiane Soares. “**Questão Social**”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *In: Geosul*, v. 22, n. 43, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SEMZEZEM, Priscila; ALVES, Jolinda de Moraes. Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social. *In: Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 16, n. 1, p. 143-166, 2013.

STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária 1946-2003. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Livro 3.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. *In: Interações*, Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 789-802, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/xQRmPSyw4yBzZtXcwnccm3K/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 mai. 2023.

VALADARES, A.A.; FERREIRA, B.; LAMBAIS, G.B.R.; MARTINS, L.R.; GALIZA, M. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. *In: BRASIL*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6270/1/Dimens%C3%B5es%20da%20experi%C3%Aancia%20juvenil%20brasileira%20e%20novos%20desafios%20%C3%A0s%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

